

**PANORAMA DA COLETA SELETIVA NA PERSPECTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CÁCERES-MT – ASCARC**

**OVERVIEW OF SELECTIVE COLLECTION FROM THE PERSPECTIVE OF THE
ASSOCIATION OF RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS OF CÁCERES-MT –
ASCARC**

**VISIÓN GENERAL DE LA RECOGIDA SELECTIVA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA
ASOCIACIÓN DE RECOGEDORES DE MATERIAL RECICLABLE DE CÁCERES-MT –
ASCARC**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-103>

Data de submissão: 12/07/2025

Data de publicação: 12/08/2025

Karen Mamoré de Matos Sebalhos

Mestra em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: karenmamorematos@gmail.com

Sandro Benedito Sguarezi

Doutor em Ciências Sociais

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Endereço: São Paulo, Brasil

E-mail: sandrosquarezi@unemat.br

Silvano Carmo de Souza

Doutor em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Endereço: São Paulo, Brasil

E-mail: silvano.souza@ifmt.edu.br

Erika Patrícia Lacerda Dias Souza

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: erika.patricia@unemat.br

RESUMO

A execução da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos envolve uma complexidade de processos. Pelo fato de a gestão dos resíduos sólidos ser inerente à municipalidade, cada município estabelece vínculo com as organizações de catadores de uma forma. O presente trabalho analisa, na visão dos catadores da ASCARC os limites e possibilidades do Programa Cáceres Recicla, Lei municipal nº 2.367/2013, em relação à inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis. Os catadores são importantes agentes ambientais e sua percepção acerca dos processos que os envolvem contribui para melhoria da gestão dos resíduos sólidos, possibilitando uma coleta seletiva solidária, mais inclusiva e eficiente. Em relação ao município de Cáceres-MT, observou-se que embora a ASCARC fosse a única organização habilitada no momento da Chamada Pública nº 001/2021, os catadores associados ainda

carecem de formação em relação às práticas inerentes ao trabalho associado, capacitação técnica e Educação Ambiental que permitam o desenvolvimento de habilidades que os conduza a analisar de forma crítica sua importante atuação dentro do município. Esses apontamentos, refletem diretamente sobre a importância de articulação entre a gestão pública municipal, as instituições de ensino e as organizações de catadores, no sentido de que seja fornecido a eles o suporte adequado para a execução do serviço de coleta seletiva, bem como que eles sejam capazes de fornecer informações sobre a execução da atividade que proporcionem subsídio para a elaboração de políticas públicas, bem como sua execução.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos Urbanos. Programa Cáceres Recicla. Inclusão Socioprodutiva.

ABSTRACT

The execution of Urban Solid Waste Management involves a complex process. Due to the fact that solid waste management is inherent to the municipality, each municipality establishes links with waste picker organizations in a different way. This paper analyzes, from the point of view of the ASCARC waste pickers, the limits and possibilities of the Cáceres Recicla Program, Municipal Law nº 2.367/2013, in relation to the socio-productive inclusion of recyclable material waste pickers. Waste pickers are important environmental agents and their perception of the processes that involve them contributes to the improvement of solid waste management, enabling solidary, more inclusive and efficient selective collection. Regarding the municipality of Cáceres-MT, it was observed that although ASCARC was the only organization qualified at the time of Public Call nº 001/2021, the associated waste pickers still lack training in relation to practices inherent to associated work, technical training and Environmental Education that allow the development of skills that lead them to critically analyze their important role within the municipality. These notes reflect directly on the importance of articulation between the municipal public management, educational institutions and organizations of waste pickers, in the sense that they are provided with adequate support for the execution of the selective collection service, as well as that they be able to provide information on the execution of the activity that provide subsidy for the elaboration of public policies, as well as their execution.

Keywords: Urban Solid Waste. Recyclable Material Waste Pickers. Cáceres Recicla Program. Socio-Productive Inclusion.

RESUMEN

La gestión de residuos sólidos urbanos implica un conjunto complejo de procesos. Dado que la gestión de residuos sólidos es inherente al municipio, cada municipio establece una relación única con las organizaciones de recicladores. Este artículo analiza, desde la perspectiva de los recicladores de ASCARC, las limitaciones y posibilidades del Programa Cáceres Recicla, Ley Municipal nº 2.367/2013, en relación con la inclusión socioprodutiva de los recicladores. Los recicladores son agentes ambientales importantes, y su comprensión de los procesos involucrados contribuye a mejorar la gestión de residuos sólidos, permitiendo una recolección selectiva más inclusiva, eficiente y solidaria. En el municipio de Cáceres-MT, se observó que, si bien ASCARC era la única organización autorizada al momento de la Convocatoria Pública nº 001/2021, sus recicladores asociados aún carecen de capacitación en las prácticas inherentes al trabajo asociado, formación técnica y educación ambiental que les permita desarrollar habilidades que les permitan analizar críticamente su importante rol dentro del municipio. Estos hallazgos reflejan directamente la importancia de la coordinación entre el gobierno municipal, las instituciones educativas y las organizaciones de recicladores, garantizando que reciban el apoyo adecuado para la ejecución de los servicios de recolección selectiva y que puedan brindar información sobre la ejecución de la actividad que sirva de base para el desarrollo e implementación de políticas públicas.

Palabras clave: Residuos Sólidos Urbanos. Programa Cáceres Recicla. Inclusión Socioprodutiva.

1 INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais, aumentou consideravelmente após a Revolução Industrial quando os seres humanos passaram a produzir em larga escala. Em função desse processo está o aumento da extração de matérias-primas diretamente da natureza, resultando em aumento da poluição e na busca por recursos alternativos que minimizem esse impacto. Em virtude disso, atualmente busca-se na reciclagem de materiais a diminuição dos impactos decorrentes da exploração de matérias-primas da natureza (Ribeiro *et al.*, 2014). Nesta perspectiva encontram-se possibilidades para que sejam desenvolvidas práticas produtivas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental.

Importante apontar que a recuperação de materiais extraídos do lixo é uma atividade milenar, que desde os tempos antigos, os destituídos obtinham sua sobrevivência das sobras da sociedade. No Brasil, a atividade de catação e a sobrevivência de milhares de pessoas por meio dos resíduos já vêm ocorrendo há muitas décadas (Pereira e Teixeira, 2011). A participação de diferentes sujeitos no processo de reciclagem é importante, em especial dos/as catadores/as de materiais recicláveis, que são responsáveis por grande quantidade de material reciclável reinserido no ciclo de produção de determinado produto.

É possível, dentro da efetivação das políticas públicas, a identificação de cada fase e de cada procedimento operacional, os quais trazem importantes avanços internos da cadeia produtiva da reciclagem. Conforme Dos Santos e Rocha (2016, p. 5), “a cadeia produtiva da reciclagem tem início com a separação dos materiais na fonte geradora, dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos”.

O processo da coleta seletiva municipal envolve o recolhimento diário dos resíduos recicláveis e posterior recolhimento para o galpão local onde acontece o processo de triagem, momento em que são separados os resíduos que serão utilizados para posterior compactação pela prensa com que tem como principal destino o comércio para empresas que tenham interesse em reciclar e produzir um novo produto ao mercado.

Dadas as questões de desigualdades sociais existentes na sociedade, é imprescindível uma coleta seletiva solidária, o que exige a participação dos/as catadores/as, por meio de suas organizações, associações e cooperativas.

A coleta seletiva solidária encontra-se como uma das formas de se efetivar os conceitos da Economia Solidária. De posse do conhecimento dos valores centrais desta, e para se entender e avaliar a real importância da reciclagem do lixo para a sociedade e para o meio ambiente, é necessário entender também os conceitos relativos à própria coleta seletiva solidária - que obtém esse adjetivo por levar em consideração que ela só se efetiva com a contribuição necessária da separação do lixo feita pelos usuários (Reis, 2018, p. 43).

É preciso considerar o contexto já institucionalizado de vulnerabilidade, precariedade e fragilidade das condições de trabalho dos/as catadores/as. Diante da emergente institucionalização da PNRS, e de modo a não reproduzir efeitos como exclusão e exploração desses/as trabalhadores/as, é importante que se construam políticas públicas que articulem aspectos sociais, econômicos e ambientais (Gouveia, 2012). A mudança deste contexto somente é possível quando é tratado de forma técnica e sensível, a ponto de perceber os gargalos e conseguir trazer alternativas que condizem com a realidade dos/as catadores/as.

Todo o processo de construção da pesquisa a ser realizada com os/as catadores/as inicia-se com uma compreensão empírica do mundo, do mundo concreto do/a catador/a que se dá no chão, no Centro de Triagem ou na rua. “Problematizar esse fenômeno é importante para esses trabalhadores e trabalhadoras, para a universidade e para a sociedade, dada a riqueza desse processo envolto nas profundas contradições entre o mundo do capital e o mundo do trabalho” (Arruda, 2019, p. 64).

Considerando a importância dos/as catadores/as para a execução da coleta seletiva municipal e também a complexidade em realizar uma coleta seletiva solidária é que a presente pesquisa, desenvolvida no município de Cáceres/MT, busca analisar, na visão dos/as catadores/as da ASCARC os limites e possibilidades do Programa Cáceres Recicla, Lei municipal nº 2.367/2013, em relação à inclusão socioprodutiva de catadores/as de materiais recicláveis.

O processo de problematização exige a articulação entre diferentes conceitos que permeiam o processo de implantação de uma política pública através do Programa Cáceres Recicla. A análise crítica dos dados da pesquisa foi trabalhada à luz do referencial teórico que trata da coleta seletiva, inclusão socioprodutiva e catadores/as de materiais recicláveis tendo como pano de fundo o processo de implantação da Política Pública orientada pelo Programa Cáceres Recicla (Arruda *et al.*, 2024; Sebalhos *et al.*, 2025).

O presente trabalho possui grande relevância para a melhoria da coleta seletiva solidária, pois identifica no município de Cáceres/MT os pontos fortes, pontos fracos, as oportunidades e as ameaças do processo que vem ocorrendo e que resulta na recuperação média de 110 toneladas de recicláveis por mês pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres-MT – ASCARC, bem como o sustento para 24 trabalhadores/as do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

A construção da política pública de resíduos sólidos no Brasil se dá no âmbito da política ambiental com inclusão social e no contexto da gestão dos serviços urbanos de limpeza pública

(Ribeiro e Besen, 2007; Besen, 2008; Ribeiro *et al.*, 2009). Esse modelo é defendido desde a década de 1990 por organizações da sociedade civil, pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), por técnicos do poder público e por acadêmicos. Os/As catadores/as de materiais recicláveis são as pessoas fundamentais para que haja a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) com vistas à gestão integrada dos resíduos sólidos.

Por isso, na própria letra da lei em vários trechos está destacada a necessidade de inclusão dos/as catadores/as aos processos que englobam a gestão dos resíduos sólidos, conforme descrito em um dos objetivos da Lei nº12.305/2010:

Art. 7º. São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:
XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Brasil, 2010).

A atividade profissional de Catador/a de Material Reciclável é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 2002, que, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), contribui para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e para a diminuição do uso de recursos naturais, uma vez que alguns resíduos, depois de sua destinação final ambientalmente correta, já servem como insumos para outras cadeias produtivas, substituindo o uso excessivo de matérias-primas naturais (Brasil, 2010). Desse modo, a PNRS incentiva a criação e o desenvolvimento de organizações de catadores/as de materiais recicláveis.

Trazendo esse contexto das políticas públicas para o âmbito municipal de Cáceres/MT, existe a Lei nº 2.367 de 20 de maio de 2013, comumente chamada de Cáceres RECICLA. Isso porque institui “Programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos domiciliares de Cáceres – Programa Cáceres RECICLA”, disciplina o serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos e dá outras providências. Em seu Art. 4º, a Lei nº 2.367/2013 descreve que “o serviço público de coleta seletiva será prestado por cooperativas e associações autogestionárias de catadores/as”. Neste sentido, as normativas, contratos e processos para a implementação da coleta seletiva devem estar alinhados e em atendimento ao que foi previsto nas leis citadas acima.

As leis e os planos para serem orientadores da análise deste estudo foram escolhidos de modo que contemplassem os resíduos sólidos nas três esferas e que pudesse ser observada também a participação dos/as catadores/as em cada uma delas. No Quadro 1 estão apresentados os principais registros consultados que versam sobre a gestão integrada dos resíduos sólidos:

Quadro 1 - Políticas Públicas e Planos consultados para elaboração deste estudo

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Constituição Brasileira de 1988 – Cap. VI – Art. 225.	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.	Institui a PNRS/2010; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
Lei nº 2.367 de 20 de maio de 2013	INSTITUI “Programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos domiciliares de Cáceres – Programa Cáceres RECICLA”, disciplina o serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos e dá outras providências.
Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Brasília, 2022
Plano Estadual de Resíduos Sólidos - MT	Cuiabá, 2022
Plano Municipal de Resíduos Sólidos - Cáceres	Em elaboração

Fonte: Elaboração própria, 2022.

2.2 O PROGRAMA CÁCERES RECICLA

Constituída no município de Cáceres/MT, no ano de 2013, a Lei nº 2.367 de 20 de maio de 2013, Institui “Programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos domiciliares de Cáceres – Programa Cáceres Recicla”, disciplina o serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos e dá outras providências.

Após a elaboração e publicação do Programa Cáceres Recicla, no ano de 2014, foram realizados workshops com os/as catadores/as, a autarquia Águas do Pantanal, universidades, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, estudantes, dentre muito outros participantes e ao final dos encontros foram constituídos três grupos de trabalho para coordenar ações do Programa Cáceres Recicla, sendo eles: Grupo de Educação Ambiental, Grupo de Gestão Pública e Ambiental e o Grupo de Economia Solidária (Incubeeess, 2014).

Por este acontecimento é que o Programa Cáceres Recicla, a Lei 2.367/2013, está pautada em três eixos, sendo eles: Educação Ambiental, Economia Solidária e Gestão Pública. Assim sendo, as frentes de trabalho seja em se tratando das ações para adesão da população, para inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as de materiais recicláveis ou para atuação do poder público no desenvolvimento de ações em prol da coleta seletiva foram organizados dentro de cada eixo temático desse.

O presente trabalho ao realizar a abordagem referente aos/as catadores/as do município de Cáceres/MT está em consonância com o previsto nessa lei e até mesmo a pesquisa de campo foi desenvolvida observando os eixos. Conforme especificado na metodologia deste artigo, foi realizada

roda de diálogo com os/as catadores/as da ASCARC e posteriormente feita entrevista, com observação participante, com os/as catadores/as mais antigos da associação.

No que tange a Educação Ambiental, foi realizada explicação da sua essência e importância, que conforme a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, em seu art. 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Segundo Baeder (2009), a Educação Ambiental é uma ação fundamental para a formação de cidadãos críticos e ativos com a realidade ambiental que vivenciam, promovendo mudança de comportamento e melhorias para a sociedade em geral. Para tal desenvolvimento, é necessária a integração da área cognitiva (do conhecimento), da área afetiva (da atitude) e da área psicomotora (das habilidades e da ação), todas intimamente ligadas (Pelicioni, 2014).

Para o sucesso da implementação da coleta seletiva é fundamental o desenvolvimento da Educação Ambiental nos diversos setores dentro do município, sendo que as ações “devem estar pautadas no compromisso com a transformação da sociedade com vistas à sustentabilidade socioambiental” (De Souza *et al.*, 2025, p. 3). Conforme Loureiro (2004) detalhou em um capítulo chamado “Educação Ambiental Transformadora”, no livro “Identidades da Educação Ambiental Brasileira”:

A própria adjetivação “transformadora” presente no título já sinaliza, a finalidade primordial da educação ambiental é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes. Ou seja, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado (Loureiro, 2004, p. 65).

Assim como a Educação Ambiental, a Economia Solidária é pilar fundamental para o fortalecimento do processo de coleta seletiva com inclusão socioprodutiva de catadores/as. Sua disseminação e aplicação favorece o processo e o alcance do objetivo comum. Conforme Borges e Sguarezi (2019, p. 3), “A economia solidária que é uma forma de produção fundamentada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam à inserção produtiva através do trabalho baseado, essencialmente, na autogestão, cooperação, participação e solidariedade”.

No que tange a Gestão Pública, destaca-se a importância da participação e interesse político na efetivação de políticas públicas e condução das ações municipais para que sejam encaminhados e concretizados os planejamentos acerca dos resíduos sólidos, em especial da coleta seletiva com

inclusão socioprodutiva de catadores/as de materiais recicláveis. Para Melo *et al.* (2021, p. 13) “para os gestores públicos, as audiências públicas, a vontade política e a constante atividade de educação ambiental em escolas, empresas e no poder público, não podem faltar na implementação da coleta seletiva.”. Desse modo, ao passo em que cada eixo temático da Lei nº 2.367/2013 for trabalhado e alcançado, melhores serão os resultados para a coleta seletiva sustentável.

2.3 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Mano *et al.* (2010) classificam os resíduos sólidos como sobras de materiais sólidos, utilizados no âmbito urbano, industrial ou agrícola, que são descartados aleatoriamente, e esse aspecto é mais frequente nas cidades e países menos desenvolvidos. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (2010) a definição de resíduos sólidos é:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (Brasil, 2010).

A classificação dos Resíduos Sólidos segundo a PNRS pode ser realizada quanto à origem e quanto à periculosidade. A política nacional ainda organiza esses resíduos em grupos, sendo os reaproveitáveis, aqueles materiais que podem ser utilizados novamente, e aqueles que não podem mais serem alocados para outros fins são considerados os rejeitos. Diante da PNRS (2010), o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) tornou-se requisito básico para o acesso a recursos da União. Desse modo, na própria PNRS é demonstrado o conteúdo mínimo necessário para a apresentação desse plano.

Silva (2019) ressalta que o objetivo de uma hierarquia na gestão de resíduos sólidos é buscar o máximo de aproveitamento dos materiais gerando menor quantidade de resíduos possível. O reuso dos resíduos sólidos é fator preventivo quanto à geração dos mesmos, uma vez que o material descartado de maneira inadequada passa a não ter outra utilização, deixando de fazer parte da cadeia produtiva do resíduo sólido.

Neste contexto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos há de se destacar a realização da coleta seletiva, que é a coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Cada tipo de resíduo tem um processo próprio de reciclagem. À medida em que vários tipos de resíduos sólidos são misturados, sua reciclagem se torna mais cara ou mesmo inviável, pela dificuldade de separá-los de acordo com sua constituição ou composição.

A implementação da coleta seletiva é caracterizada como uma demanda urgente e necessária em todos os municípios que ainda não a possuem, visto as exigências colocadas pela PNRS 2010. A PNRS, prevê no Art. 7º, inciso XII, “Um dos objetivos da política é a integração dos/as catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. A PNRS, em seu Art. 8º, IV, também destaca a importância do poder público local para “O incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

2.4 MATRIZ FOFA

Elaborada por professores de Harvard Business School, Kenneth Andrews e Roland Cristensen, a matriz SWOT, conhecida também como FOFA, leva em consideração quatro pontos: *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças). Por meio dessas variáveis é possível fazer o levantamento dos pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças de uma empresa e situação (Silva, 2009).

Quadro 1 - Demonstrativo da matriz FOFA

		FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS		Força	Fraqueza
FATORES EXTERNOS	Oportunidade		Ameaça

Fonte: Elaboração Própria, 2022.

A matriz SWOT comumente é usada durante o planejamento estratégico, sendo utilizada como uma ferramenta de administração e *marketing*. Mediante a análise é possível identificar as principais perspectivas da empresa em relação ao mercado, tendo como base o macroambiente e o microambiente. Neste trabalho, por ser pautado na inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as foi utilizada abordagem que facilite a compreensão dos/as leitores/as, em especial os/as catadores/as de Cáceres/MT. Por este motivo, optou-se pela utilização do termo FOFA ao utilizar SWOT para propiciar uma leitura que faça aproximação da realidade, visto que o termo FOFA faz referência às iniciais de força, oportunidade, fraqueza e ameaça.

Os pontos fortes são as habilidades e qualidades que podem influenciar de forma positiva a organização. Elas devem ser exploradas uma vez que são variáveis internas e controláveis, refletindo na diminuição das fraquezas (Rezende, 2008). De acordo com Raeburn (2022), os pontos fracos são as iniciativas internas que acabam desempenhando resultados abaixo do esperado, ou seja, desvantagens do contexto interno. Identificá-los é o ponto de partida para melhorá-los.

As oportunidades são os resultados dos pontos fortes e fracos, somados às iniciativas externas que colocam a organização em uma vantagem competitiva (Raeburn, 2022). Vale lembrar que estes fenômenos externos não estão sob controle da organização, mas podem ocorrer, necessitando assim que estejam preparados. Segundo Borges (2013), as ameaças são as situações externas que podem comprometer os objetivos propostos. Como as oportunidades não estão no controle da instituição, mas existe uma possibilidade de acontecer, deve-se pensar as maneiras de atenuá-las.

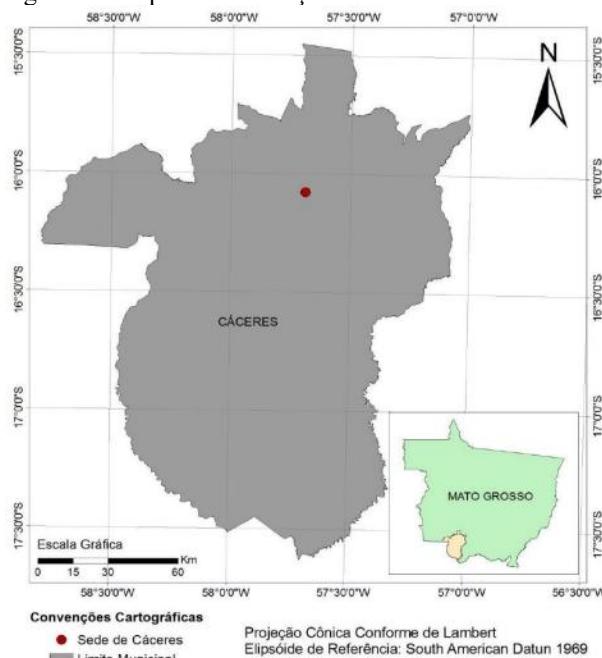
Diante disso, quando se tem aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos é possível aplicar a matriz FOFA. Pois, a partir dessa análise são feitas sugestões e indicações sobre as possibilidades de gestão e gerenciamento (Bozzini, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Cáceres, situado no estado de Mato Grosso, na região Centro-oeste do Brasil. Localizada na mesorregião Centro-Sul Mato-grossense e na microrregião Alto Pantanal, sua população estimada para 2020 foi de 95.339 pessoas (IBGE, 2010). Para 2018 a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$20.193,53 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,708.

O município possui valor histórico e cultural, sendo percebidos em suas edificações, em suas danças típicas e em sua própria história, que vem sendo construída desde 1778, ainda como vila de São Luiz de Cáceres (PMSB-Cáceres, 2014).

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Cáceres/MT.



Fonte: Diagnóstico PMSB – Cáceres, 2014.

No município de Cáceres a gestão do saneamento básico é realizada pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, e conforme o Edital de Chamada Pública nº 001/2017, disponibilizado no site da autarquia, esta entidade autárquica promoveu o fechamento do lixão (coordenadas 15°57' a 16°12' de latitude sul e 57°30' a 57°42' de longitude oeste) em 01/07/2016 e consequentemente iniciou o funcionamento do aterro sanitário, localizado na zona rural denominada Tarumã, a 13,5 Km do centro urbano da cidade.

Visto que a presente pesquisa é desenvolvida em Cáceres/MT, buscou-se analisar, na visão dos/as catadores/as da ASCARC os limites e possibilidades do Programa Cáceres Recicla, Lei municipal nº 2.367/2013, em relação à inclusão socioprodutiva de catadores/as de materiais recicláveis. Frente ao objetivo deste artigo, a presente pesquisa teve como metodologia a pesquisa de campo, subsidiada por observação participante, entrevista semiestruturada para a escuta dos sujeitos envolvidos, além da realização de pesquisa documental.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), sob o Parecer número 4.510.078, CAAEE n. 39694220.2.0000.5166, sendo desenvolvido com recursos próprios, respeitando os preceitos éticos contidos na Resolução nº466/2012.

Como preparação para a realização da pesquisa de campo, foi organizada roda de diálogo para que então pudesse ser contextualizado aos/as catadores/as os eixos da política pública municipal, o Programa Cáceres RECICLA, quais sejam: Educação Ambiental, Economia Solidária e Gestão Pública. Por este motivo a pesquisa foi organizada de forma que as principais etapas fossem as seguintes:

- Roda de diálogo para exposição do eixos da política pública municipal;
- Entrevista semiestruturada com catadores/as da ASCARC.

A roda de diálogo foi realizada no dia 16/04/2022 e a dinâmica da roda de diálogo envolveu primeiramente a confraternização do café da manhã com todos/as os/as catadores/as da ASCARC, posteriormente houve a fala sobre os eixos do Programa Cáceres RECICLA, os quais estão detalhados a seguir. Após este momento foi aberto a fala para que todos/as pudessem se manifestar e contribuir com o processo educacional, o qual estava proposto. Para que pudesse iniciar a roda de diálogo foi aberto a fala à todos para que no momento da apresentação dissessem o tempo que trabalham com a catação e o tempo que estão na ASCARC. Essas informações foram utilizadas para que pudessem ser definidos os sujeitos a participarem da entrevista semiestruturada.

Então, como passo seguinte, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos dias 20, 21 e 22 de abril, conforme disponibilidade dos/as catadores/as da ASCARC e cada entrevista deve duração média de 55 minutos, visto a necessidade de fazê-los entender os questionamentos, bem como o correto preenchimento conforme a declaração de cada um/uma. O roteiro para aplicação da entrevista semiestruturada foi aplicado com 09 (nove) catadores/as da ASCARC e teve como principal objetivo identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da coleta seletiva no município de Cáceres/MT, em relação à inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as de materiais recicláveis e está apresentado ao final deste trabalho como apêndice.

Os critérios para a definição dos/as catadores/as que participariam da entrevista semiestruturada foram:

- catadores/as que já trabalhavam com catação antes de entrar na ASCARC;
- catadores/as que tivessem 2 anos ou mais de atuação na ASCARC;

No entanto, se fossem mantidos apenas esses dois critérios, apenas 01 (uma) mulher participaria da entrevista semiestruturada. Assim sendo, para que fosse garantida a diversidade de gênero, foram incluídas mais 02 (duas) mulheres para participarem da entrevista semiestruturada, sendo essas duas as que participam há mais tempo, tendo 03 meses de atuação na ASCARC.

No que se refere a pesquisa documental foram consultadas Leis, Portarias, Decretos e publicações oficiais realizadas no contexto dos/as catadores/as, bem como da coleta seletiva no município de Cáceres/MT, pois “A utilização de documentos deve ser valorizada pelo fato de possibilitar o entendimento de objetos, além de permitir realizar contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva; Alameida; Guindani, 2009).

Para compilação dos dados foi realizada análise FOFA dos processos e visões já existentes, bem como foram estabelecidas as possibilidades para o panorama encontrado. Esta abordagem auxilia no desenvolvimento de estratégias e planos de ação para o desenvolvimento de cidades sustentáveis (Daskal, 2019). A análise FOFA resultará em um quadro demonstrativo e autoexplicativo e destaca-se que apesar da subjetividade de ponderação dos participantes, se empregada corretamente, fornece base para a formulação de estratégias para a organização (Lee; Huang; Teng, 2009).

3.1 RODA DE DIÁLOGO

No sentido de auxiliar os/as catadores/as para que fosse possível compreender melhor a entrevista que seria aplicada posteriormente com os associados, bem como de fazer junto com eles uma etapa do processo educacional necessário para que seja inspirada a emancipação das organizações

de catadores/as, foi realizada Roda de Diálogo dentro da associação. Com duração média de 3 horas de diálogo, foram abordados os eixos formadores da Lei Municipal nº 2.367 de 20 de maio de 2013.

Na esteira do que propõe o pensamento marxiano, esta teoria apresenta o diálogo como nossa condição ontológica, como caminho de superação da alienação social e das muitas formas de opressão, apresenta-nos como seres que se humanizam enquanto dialogam para transformar a realidade por meio da ação-reflexão – que é práxis – que se dá concomitantemente no/sobre o mundo (Souza, 2017, p. 24).

Com o objetivo de estabelecer um campo de diálogo que possibilitasse a compreensão conceitual sobre os três eixos que foram consensuados entre o poder público, os/as catadores/as e educação de ensino, a roda de diálogo embasou-se em textos-base que orientaram as falas conceituais sobre os temas. Assim sendo, a abordagem foi realizada na seguinte ordem e fazendo a apresentação dos seguintes temas:

- **Educação Ambiental:** Para a abordagem deste tema foi utilizado artigo publicado nos Anais da Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JENPEX, 2017, que foi um evento realizado pelo Instituto Federal de Mato Grosso de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. No texto utilizado, os autores apresentaram algumas características da Educação Ambiental que os autores entendem “ser libertadora, desveladora da realidade e promotora de transformação social; seja ela promovida, tanto no âmbito da educação formal, quanto não formal” (Souza *et al.*, 2017, p. 179). Neste sentido, foram destacados pontos de grande importância da Educação Ambiental, que devem ser inerentes ao processo. Assim, foi evidenciado que a Educação Ambiental deve ser: dialógica, crítica, política, cidadã, científica, comprometida com uma racionalidade ambiental, comprehende o trabalho como condição ontológica dos seres humanos.
- **Economia Solidária:** Utilizando o artigo “Economia Solidária e Educação”, escrito por Borges e Sguarezi (2019), publicado na revista Akrópolis, Umuarama, foi destacado que a economia solidária é uma forma de produção fundamentada na mobilização e organização de trabalhadores, bem como foram levantados pontos-chave para a abordagem de forma que possibilitasse o melhor entendimento dos/as catadores/as e então foram detalhados a autogestão, a cooperação, a participação e a solidariedade como pontos cruciais do desenvolvimento da economia solidária.
- **Gestão Pública:** Foi utilizada a Lei Municipal nº 2.367/2013, que é o instrumento orientador das ações sobre a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos e por isso aponta por várias vezes os caminhos a serem percorridos em relação à inclusão social dos/as catadores/as de

materiais recicláveis. Para a fala sobre esta temática foram abordados quatro trechos da lei, sendo que foi procedida a leitura e posteriormente a contextualização de cada trecho. Os trechos selecionados para abordagem com eles, a fim de realizar contextualização da Gestão Pública foram os artigos 4º, 6º, 9º e 15, conforme detalhado a seguir:

Art. 4º. O serviço público de coleta seletiva será prestado por cooperativas e associações autogestionárias de catadores.

Art. 6º. O planejamento do serviço público de coleta seletiva será desenvolvido por órgão municipal competente, visando à universalização de seu alcance, com a participação das cooperativas e associações de catadores.

Art. 9. Será de responsabilidade das Cooperativas ou Associações de coleta seletiva propiciar:

I. A inclusão dos catadores informais não organizados nos grupos de coleta e nos trabalhos desenvolvidos nos galpões de triagem;

II. A educação continuada dos seus integrantes e sua capacitação nos aspectos sociais e econômicos e alfabetização.

Art. 15. Os órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal, igrejas, quartéis, estádios e demais estabelecimentos públicos ou privados de geração de resíduos sólidos especiais deverão implantar, em cada uma de suas instalações e, principalmente nas destinadas à realização de grandes eventos, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades, observando dispositivos legais vigentes, destinando os resíduos secos recicláveis às cooperativas e associações de catadores locais.

3.2 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista semiestruturada foi realizada com intuito de perceber os pontos fracos e pontos fortes, oportunidades e ameaças da Programa Cáceres Recicla, na visão dos catadores/as de materiais recicláveis da ASCARC. Para isso, foi aplicado formulário junto aos/as catadores/as referentes a: organização do trabalho, percepção sobre a atuação dos/as catadores/as e políticas públicas. Ao passo em que os questionamentos foram sendo realizados e os comentários deles/as iam surgindo a pesquisadora foi tomando nota das informações.

Além da entrevista com os/as 9 catadores/as também foi aplicado formulário sobre questões gerais da associação, que para isso apresentaram questionamentos sobre renda, produção, quantidade de catadores/as e equipamentos utilizados. Cada entrevista durou cerca de 55 minutos, pois a dinâmica para sua execução foi que a pesquisadora realizou e esclareceu os questionamentos aos/as catadores/as e eles responderam, bem como foram fazendo pontuações quando sentiram necessidade.

Tendo em vista que a entrevista foi realizada na própria associação, os/as catadores/as foram chamados um a um para participar. Dessa forma, o trabalho deles não foi paralisado no momento da execução desta pesquisa, até mesmo porque a ordem de realização das entrevistas se deu conforme a disponibilidade de cada um. A exemplo disso, em um dos dias da realização da entrevista houve carregamento de material reciclável que estava sendo comercializado. Por este motivo o catador, que também é operador de empilhadeira, foi entrevistado em momento posterior.

A organização do formulário da entrevista semiestruturada se deu no sentido de contemplar os três eixos da política pública municipal, a Lei nº 2.367 de 20 de maio de 2013. À vista disso, para a elaboração do formulário foi observada toda a lei e em especial seu artigo 2º estabelece seus princípios:

- I – Priorização das ações geradoras de ocupação e renda;
- II – Compromisso com ações alteradoras do comportamento dos municípios perante os resíduos que geram;
- III – Incentivo à solidariedade dos municípios e suas instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações de coleta seletiva;
- IV – Reconhecimento das cooperativas e associações autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade;
- V – Desenvolvimento de ações de inclusão e apoio social para a população menos favorecida que possa ser integrada ao programa, constituindo a cadeia produtiva da reciclagem (Cáceres, 2013).

O Quadro 3 esclarece a justificativa para a realização das perguntas contidas no formulário da entrevista semiestruturada. Com base nos princípios da referida lei municipal, os eixos do Programa Cáceres RECICLA foram explicitados e isto resultou na elaboração dos questionamentos realizados. A seguir está apresentada a conexão dos princípios, com os eixos contemplados e os questionamentos formulados para realização da entrevista semiestruturada.

Quadro 3 - Correspondência dos princípios da Lei nº 2.367/2013 e os eixos temáticos

PRINCÍPIO	EIXOS CONTEMPLADOS	QUESTÕES ELABORADAS	
I – Priorização das ações geradoras de ocupação e renda;	Economia Solidária e Gestão Pública	2.1	2.6
		2.2	2.7
		2.3	2.8
		2.4	2.9
		2.5	2.10 4.6
II – Compromisso com ações alteradoras do comportamento dos municípios perante os resíduos que geram;	Educação Ambiental e Gestão Pública		4.8
			4.9
			4.10
III – Incentivo à solidariedade dos municípios e suas instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações de coleta seletiva;	Educação Ambiental e Economia Solidária	3.1	3.6
		3.2	3.7
		3.3	3.8
		3.4	3.9
		3.5	4.27 4.28 4.29
IV – Reconhecimento das cooperativas e associações autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade;	Educação Ambiental, Economia Solidária e Gestão Pública	3.10	4.12
		3.11	4.13
		4.1	4.14
		4.2	4.15
		4.3	4.16
		4.4	4.17
		4.5	4.22
		4.7	4.30

			4.31 4.32 4.33 4.34
V – Desenvolvimento de ações de inclusão e apoio social para a população menos favorecida que possa ser integrada ao programa, constituindo a cadeia produtiva da reciclagem.	Economia Solidária e Gestão Pública	1.1 1.2 1.3 2.11 4.11 4.18 4.19	4.20 4.21 4.23 4.24 4.25 4.26

Fonte: Elaboração própria, 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os formulários aplicados nas entrevistas semiestruturadas, chegou-se à seguinte Matriz FOFA:

Quadro 4 - Matriz FOFA construída a partir da Roda de Diálogo e Entrevista Semiestruturada realizada com os/as catadores/as da ASCARC

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Companheirismo entre os associados da ASCARC; • Geração de trabalho e renda para a população cacerense; • Possuem organização documental da associação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Rotatividade dos/as catadores/as em várias atividades dentro do barracão; • A associação não possui barracão próprio para o desenvolvimento da sua atividade (falta de máquinas e equipamentos); • Falta de divulgação em massa das atividades desenvolvidas pela associação; • Falta de estrutura própria adequada; • Falta de formação e educação para o associativismo, cooperativismo e para a Educação Ambiental; • Apenas 4 mulheres na associação.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A associação possui confiança de parcela da população; • Possibilidade de ampliação da coleta seletiva para outros bairros e distritos; • Exigência legal da PNRS e legislação local; • Termo de Colaboração em vigência com a autarquia Águas do Pantanal; • Possuem contrato com o Conselho da Comunidade, para realizar a reinserção, por meio do trabalho, de reeducandos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desrespeito de municípios em relação aos/as catadores/as; • Ausência de diálogo por parte da autarquia Águas do Pantanal para tomada de decisões quanto ao planejamento da coleta seletiva no município; • A atuação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis junto aos entrevistado não foi satisfatório (conflitos internos do MNCR);

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Para além desses resultados práticos que são obtidos pela Matriz FOFA, também são apresentadas a seguir considerações realizadas tanto na roda de diálogo quanto nas entrevistas pelos/as

catadores/as, no sentido de que contribuam no processo de elaboração de proposta para a política pública voltada à coleta seletiva.

Durante a coleta, os motoristas e os/as coletores/as realizam troca de experiência e informações com a população, visto que quem está sujeito às diversas situações do dia a dia são eles/as. A exemplo disso, ocorre a redução do volume do som da coleta seletiva em locais específicos onde os motoristas já identificaram que existem pessoas com autismo, como foi relatado. “Tem crianças que não perdem uma coleta e tem situações que as pessoas reclamam da música. Tem lugares que sabemos que tem que abaixar a música”.

Além disso, a prática da Educação Ambiental desenvolvida por parte dos/as catadores/as da ASCARC também possui reflexos para o desenvolvimento da coleta, conforme segue.

“Está sendo experiência boa e a informação aos detalhes do tipo de separação. Tem elogios e reclamação da coleta”

Em relação à ação de Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida pela associação, foi levantada a importância do diálogo entre todos/as da associação, uma vez que durante a ação de informação sobre a coleta seletiva também são recebidas críticas como a velocidade dos caminhões, por exemplo, que podem ser solucionadas de forma dialógica e ágil entre os próprios associados com a troca de experiência do desenvolvimento da atividade de cada um. Também há o compartilhamento das reclamações que ocorrem durante a rota.

“Existem críticas construtivas e destrutivas, deve ser resolvido com diálogo”

“A dona foi mal-educada. Ela disse não quero saber dessa porcaria e fechou a porta na nossa cara”

“O que adianta os coletores conversarem com populares e chega na rua a população maltrata, não adianta a gente tratar bem e a população faz mal. Não é fácil só receber crítica”

“Tem pessoas que criticam e pessoas que elogiam. Tem pessoas que reclamam do caminhão estar atrapalhando o trânsito”

Além de todo o exposto também foram realizadas falas com abordagens sobre o Programa Cáceres Recicla, de acordo com a visão que eles/as possuem.

“Não sai do papel. É uma luta que tem que ser resultado de união”

Embora haja descredito sobre a implementação da lei municipal ao manifestar “não sai do papel”, há também uma alternativa para sua implementação ao dizer “é uma luta que tem que ser resultado de união”.

Também, em relação às práticas dos moradores sobre os resíduos sólidos foram apontadas por eles/as, demonstrando que também foi modificada a forma como os resíduos são percebidos pela população.

“Antigamente via latinha no chão e hoje em dia fica só o outro reciclável”
“A latinha é retida pelo morador”

Além disso, foi levantada crítica sobre a atuação da gestão pública, fazendo referência à fiscalização da realização da coleta seletiva.

“A gestão pública é uma vergonha que não tem fiscalização”

De acordo com a análise dos formulários aplicados na entrevista semiestruturada também pode-se perceber que a maioria dos/as entrevistados/as acreditam que em relação às organizações de catadores/as existentes no município de Cáceres, cada uma deve desempenhar sua atividade de forma independente da outra. Além disso, a maioria alegou “Não sei responder” quando foi questionado/a se o apoio (repasse financeiro e maquinário) repassado pela autarquia municipal para a associação é suficiente. Ademais, também foi apontado que caso seja acrescentado mais um/a coletor/a nos roteiros da coleta, a coleta fluirá mais rapidamente e assim abrirá possibilidade de abranger novos bairros. Um apontamento realizado por vários/as dos/as catadores/as, tanto na roda de diálogo quanto na entrevista semiestruturada, foi a falta de proximidade do órgão público municipal que faz a gestão dos resíduos sólidos, no caso a autarquia Águas do Pantanal, com a associação.

Durante as entrevistas também foi possível observar que, devido à execução da coleta seletiva em apenas 46% dos domicílios cacerenses, grande parte dos recicláveis recuperados são provenientes dos comércios, sendo para tanto necessária a continuidade de ações que visem a sensibilização da população para que cada vez mais participem da coleta seletiva. E é por isso que a ampliação da coleta seletiva para os demais bairros da cidade representam uma oportunidade para a atividade desenvolvida pelos/as catadores/as, uma vez que atualmente, fazendo a coleta em menos da metade dos domicílios comercializam em média 110 toneladas por mês, podendo esse número ser significativamente aumentado, sendo então transformado em renda e trabalho para esses/as trabalhadores/as.

A elaboração da matriz FOFA neste estudo demonstra que a falta de estrutura adequada para desenvolver a atividade, bem como a participação de poucas mulheres na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres-MT – ASCARC são pontos fracos e que precisam ser trabalhados internamente. Neste sentido, a instituição gestora dos resíduos sólidos do município de Cáceres/MT

pode ser a promotora dessas capacitações que intencionam a formação para o cooperativismo e que como reflexo dessa ação resultará em benefícios diretos e indiretos para a coleta seletiva, uma vez que os sujeitos executores da coleta são os/as catadores/as.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implementação da coleta seletiva com inclusão socioprodutiva demonstra-se um desafio para os/as gestores/as municipais, uma vez que envolve diversos sujeitos para que se obtenha sucesso, dentre eles estão os municípios, as empresas, o próprio órgão público municipal e os/as catadores/as de materiais recicláveis. Para que tal implementação ocorra, é necessário perceber as questões que envolvem a atuação de cada um.

Neste trabalho, buscando agregar informações para contribuir ao processo de coleta seletiva com inclusão socioprodutiva de catadores/as na cidade de Cáceres/MT, apresentou-se os limites e possibilidades, na visão dos/as catadores/as de materiais recicláveis da ASCARC, acerca da política pública Programa Cáceres Recicla. Por serem importantes agentes da coleta seletiva municipal, analisar a opinião deles/as acerca do processo proporciona melhoria para o serviço.

De acordo com os apontamentos realizados tanto na roda de diálogo quanto na entrevista semiestruturada, foi possível perceber a fragilidade desses/as trabalhadores/as, uma vez que ainda não se apropriaram dos diversos aspectos do seu trabalho. Como por exemplo a não compreensão por completo do Termo de Colaboração existente entre ASCARC e Águas do Pantanal, que é uma das fontes de receita da associação. Faz-se necessária a realização de capacitações e formações com os/as catadores/as da ASCARC.

Outrora, faz-se importante destacar a ausência da efetividade da Educação Ambiental no município, uma vez que isso reflete aos/as coletores/as da coleta seletiva críticas pejorativas sobre o desenvolvimento do serviço. Atrelado a isso, atitudes como armazenamento de latinhas de alumínio nas residências para comercialização própria, resulta em desvalorização do serviço desenvolvido pela associação. Além disso, a lei municipal nº 2.367/2013 prevê:

Art. 5º É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas como:

[...]

III - Armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial, que causem qualquer tipo de poluição, prejuízo à saúde ambiental ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde humana.

No que tange a implementação de ações que proporcionem melhoria da coleta seletiva com inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as, destaca-se a Lei nº 9.795/1999 dispõe sobre Educação

Ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A PNEA (1999), em seu Art. 1º enfatiza:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Pode, ainda, esta prática ser formal ou informal, mas em ambos os casos possuem o dever de transmitir um enfoque democrático, participativo, reconhecer a amplitude da diversidade cultural, possuir vinculação com a ética, a educação e as práticas sociais, dentre outros princípios que são destacados na lei. Esses apontamentos, refletem diretamente sobre a importância de articulação entre a gestão pública municipal, as instituições de ensino e as organizações de catadores/as, no sentido de que seja fornecido a eles/as o suporte adequado para a execução do serviço de coleta seletiva.

No tocante à lei municipal, o Programa Cáceres Recicla, a percepção que os/as Catadores/as passaram durante as atividades desenvolvidas, é de que eles/as não compreendem de que forma está sendo cumprida a lei, nem mesmo de que forma ela pode trazer benefícios para o desenvolvimento do seu trabalho. Neste caso, faz-se necessária a realização de capacitações com a associação no sentido de que seja feita a abordagem sobre as políticas públicas voltadas aos resíduos sólidos.

Além disso, ao observar outra fala deles/as sobre não estar sendo efetiva a fiscalização do órgão público municipal para execução da coleta seletiva por parte dos/as moradores e comerciantes, é necessário destacar que este é um ponto a ser observado durante o planejamento da coleta seletiva, ou seja, é importante pensar de que forma será realizada a fiscalização e acompanhamento da coleta seletiva para que cada vez mais haja adesão da população, resultando em maior receita para a associação e refletindo sobre as suas condições de trabalho.

Por fim, os/as catadores/as alegaram distanciamento entre o órgão público municipal e a associação, quesito este que pode ser sanado de forma simples, estabelecendo uma rotina de diálogo com a associação, para que sejam observadas as melhorias que podem ser realizadas e também de que forma o órgão público municipal pode contribuir com o desenvolvimento de ações para melhorar a logística interna da associação, em prol da continuidade da coleta seletiva com inclusão socioprodutiva de catadores/as de materiais recicláveis.

Por estes motivos é que o presente trabalho possui grande relevância para a melhoria da coleta seletiva com a participação dos/as catadores/as, pois identifica no município de Cáceres/MT os pontos fortes, pontos fracos, as oportunidades e as ameaças do processo que vem ocorrendo e que resulta na

recuperação média de 110 toneladas de recicláveis por mês pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres-MT – ASCARC, bem como o sustento para 24 trabalhadores/as do município.

Então uma lacuna de pesquisa a ser estudada é a forma como estão sendo implementadas as ações de Educação Ambiental no município, bem como qual a efetividade de tais ações. Além disso, a atuação do Movimento Nacional dos/as Catadores/as no município pode ser analisada, com intuito de que se entenda quais tem sido as ações desenvolvidas por este movimento social, entendendo que sua participação é determinante para a elaboração de proposta dos/as catadores/as para a melhoria da coleta seletiva, atribuindo peso ainda maior à fala desses/as trabalhadores/as.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. F. De. Trabalho Associado e Educação: limites e possibilidades de uma experiência de autogestão, vivenciado pelos sócios da associação cacerense de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Pantanal (ASCAPAN). 2019. 178 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

ARRUDA, E. F, SGUAREZI, S. B, SOUZA, S. S, SOUZA, E. P. L. D, SOUZA, W. J. Políticas Públicas e Inclusão Socioprodutiva de Catadores/as de Materiais Recicláveis. Revista Ft, Volume 29 – Edição 141, p. 1- 35, 2024. Disponível em <https://revistaft.com.br/politicas-publicas-e-inclusao-socioprodutiva-de-catadores-as-de-materiais-reciclaveis/> Acesso em 20 jan 2025.

BONELLI, J. M. Environmental protection, work, and social inclusion: formalizing the recycling of urban solid waste in buenos aires. Latin American Perspectives, p. 91–107, 2017.
DOI:10.1177/0094582x17730372

BORGES, J. L.; SGUAREZI, S. B. Economia solidária e educação. Akrópolis Umuarama, v. 27, n. 1, p. 3-10, 2019. DOI: 10.25110/akropolis.v27i1.3842

BOZZINI, A. C. A matriz SWOT como ferramenta de análise para subsidiar a criação de consórcio intermunicipal na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Research, Society and Development, v. 11, n.2, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/25643/22716/302333>. Acesso em: 17 agost. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BUCH, R.; MARSELHA, A.; WILLIAMS, M.; AGGARWAL, R.; SHARMA, A. From waste pickers to producers: An inclusive circular economy solution through development of cooperatives in waste management. Sustentabilidade. 2021; 13(16):8925. <https://doi.org/10.3390/su13168925>

CÁCERES. Lei nº 2.367 de 20 de maio de 2013 – INSTITUI “Programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos domiciliares de Cáceres – Programa Cáceres RECICLA”, disciplina o serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos e dá outras providências.

DA SILVA, L.; PRIETTO, P. D. M.; KORF, E. P. Sustainability indicators for urban Solid Waste Management in large and medium-sized worldwide cities. Journal of Cleaner Production. v. 237, p. 117802, 2019.

DE SOUZA, Silvano Carmo et al. Educação Ambiental: reflexões teóricas sobre nossas práticas educativas. Brazilian Journal of Development, v. 11, n. 1, p. e76459-e76459, 2025.

DE CAMPOS, V. A. F.; et al. A review of waste management in Brazil and Portugal: waste-to-energy as pathway for sustainable development. Renewable Energy, 2021.

FARRELLY, Trisia; SCHNEIDER, Paul; STUPPLES, Polly. Trading in waste: Integrating sustainable development goals and environmental policies in trade negotiations toward enhanced Solid Waste Management in Pacific Islands countries and territories. *Asia Pacific Viewpoint*, v. 57, n. 1, p. 27-43, 2016.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS (INCUBEESS). Relatório. Educação, Gestão Pública e Ambiental e Economia Solidária no Município de Cáceres – Política de Resíduos Sólidos e Organização dos Catadores: Programa Recicla Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Incubeess, Cáceres, 2014.

JUCA, J. F. T.; BARBOSA, K. R. M.; SOBRAL, M. C.. Sustainability indicators for Municipal Solid Waste Management: A case study of the Recife Metropolitan Region, Brazil. *Waste Management & Research*, v. 38, n. 12, p. 1450-1454, 2020.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora: identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente, p. 65-84, 2004.

MAALOUF, A.; MAVROPOULOS, A.; EL-FADEL, M. Global municipal solid waste infrastructure: delivery and forecast of uncontrolled disposal. *Waste Management & Research*, v. 38, n. 9, p. 1028-1036, 2020.

MELO, A. X. ; SGUAREZI, S. B. ; MELO, S. A. B. X. Inclusão socioprodutiva na gestão de resíduos sólidos em municípios do estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais*, v. 12, p. 632-654, 2022.

MELO, S. A.B X.; SGUAREZI; S. B; MELO, A. X. Inclusão socioprodutiva na gestão de resíduos sólidos em municípios do Estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 12, n. 5, Mai 2021.

RAEBURN, A. Análise SWOT/FOFA: o que é e como usá-la. Asana, 2022. Disponível em: <<https://asana.com/pt/resources/swot-analysis>>. Acesso em 17/08/2022.

REZENDE, D. A. *Planejamento Estratégico para Organizações: públicas e privadas*. Brasport, 2008.

REIS, S.I.K.S; Coleta seletiva solidária: uma análise das melhores práticas desenvolvidas em órgãos federais em Uberlândia (MG). *Repositório Institucional – Universidade Federal de Uberlândia*. Mestrado profissional, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22092>. Acesso em: 15 out. 2022.

RODIĆ, Ljiljana; WILSON, David C. Resolving governance issues to achieve priority sustainable development goals related to solid waste management in developing countries. *Sustainability*, v. 9, n. 3, p. 404, 2017.

SCHROEDER, P.; ANGGRAENI, K.; WEBER, U. The relevance of circular economy practices to the sustainable development goals. *Journal of Industrial Ecology*, v. 23, n. 1, p. 77-95, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

Sebalhos, K. M. de M., Sguarezi, S. B., Souza, S. C. de, Souza, E. P. L. D., & Silva, E. P. da. (2025). Inclusão socioeconómica produtiva de catadores/as de materiais recicláveis em Cáceres-MT. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, 18(5), e18236. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.5-390>.

SOUZA, S. C. de. Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais. Tese de doutorado. 2017. 300 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SOUZA, S.C.; MEDEIROS, R.A.; VIANA, I.G.; SOUZA, E.P.L.D. Educação Ambiental: reflexões teóricas sobre nossas práticas educativas. *Anais da Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMT – Campus Cáceres – JENPEX 2017*.

WANG, J. et al. Development of an ex-ante sustainability assessment methodology for municipal solid waste management innovations. *Sustainability*, v. 10, n. 9, p. 3208, 2018.